

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

*SPECIALIZED EDUCATIONAL CARE IN THE CONTEXT OF CHILD EDUCATION:
A STUDY ON THE SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER*

ID <https://orcid.org/0000-0002-7666-7253>, Solange Franci Raimundo Yaegashi^A
ID <https://orcid.org/0000-0003-2068-7375>, Luciana Maria Caetano^B
ID <https://orcid.org/0000-0002-4005-5722>, Tatiana Lemes de Araújo Batista^A
ID <https://orcid.org/0000-0003-4783-2712>, Jhonatan Phelipe Peixoto^A

^A Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR, Brasil
^B Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil

Recebido em: dd mmm. aaaa | Aceito em: dd mmm. aaaa
Correspondência: Solange Franci Raimundo Yaegashi (solangefry@gmail.com)

Resumo

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio de desenvolvimento complexo que se caracteriza por *déficits* na comunicação oral e em habilidades para desenvolver, manter e compreender os relacionamentos sociais. Em virtude dessas dificuldades, tanto a família quanto a escola são convocadas a se mobilizarem para atender às necessidades da criança autista. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar teses e dissertações produzidas entre os anos de 2016 e 2021, que abordam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) destinado aos alunos com TEA matriculados na Educação Infantil (EI), cujo foco é a percepção dos professores sobre o trabalho que desenvolvem com alunos autistas. A coleta de dados foi realizada em três bases: 1) Banco de Teses e Dissertações da CAPES; 2) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT); e 3) *Google Scholar*. Foram encontradas, inicialmente, 865 publicações. Aplicados os critérios de inclusão e de exclusão, restaram 16 estudos, que foram analisados na íntegra. Os resultados evidenciam o despreparo e a insegurança dos professores em relação ao trabalho com alunos autistas. Chegou-se à conclusão de que, para que a inclusão realmente ocorra, não basta assegurar as matrículas dos alunos com TEA no ensino regular. Sem a adequação curricular, o planejamento educacional individualizado, os recursos pedagógicos específicos e, principalmente, a formação contínua de professores, a inclusão não se concretiza.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Educação Especial Inclusiva; Educação Infantil; Atendimento Educacional Especializado; Prática Docente.

Abstract

Autism Spectrum Disorder (TEA in Portuguese) is a complex developmental disorder characterized by deficits in oral communication and in skills to develop, maintain and understand social relationships. Due to these difficulties, both the family and the school are mobilized to meet the needs of the autistic child. In this sense, the present study aims to



2022. Yaegashi; Caetano; Batista; Peixoto. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

analyze theses and dissertations produced between the years 2016 and 2021, which address the Specialized Educational Service (AEE) for students with TEA enrolled in Early Childhood Education (EI), whose focus is the perception of teachers about their work with autistic students. Data collection was carried out on three bases: 1) Capes Theses and Dissertations Bank; 2) Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (BDTD/IBICT); and 3) Google Scholar. Initially, 865 publications were found. After applying the inclusion and exclusion criteria, 16 studies remained, which were analyzed in full. The results show the teachers' lack of preparation and insecurity concerning working with autistic students. It was concluded that, for inclusion to really occur, it is not enough to ensure the enrollment of students with TEA in regular education. Without curricular adequacy, individualized educational planning, specific pedagogical resources, and, mainly, the continuous training of teachers, inclusion does not materialize.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Inclusive Special Education; Child Education; Specialized Educational Service; Teaching Practice.

Introdução

A Educação Infantil (EI), primeira etapa da Educação Básica, tem assumido um papel cada vez mais relevante no processo educacional. Todavia, o atendimento oferecido às crianças matriculadas na EI parece permeado por práticas precárias, desencadeadas pela falta de formação e de conhecimento dos profissionais sobre as necessidades dos alunos pertencentes à faixa etária de 0 a 5 anos (MACHADO; MARTINS, 2019).

Nessa perspectiva, Oliveira (2017a), em seu estudo denominado “Docência e educação infantil: condições de trabalho e profissão docente”, constatou que a situação profissional da docência na EI ainda está distante do previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) vigente. De acordo com o autor, o exame de fontes estatísticas, documentais e bibliográficas evidencia a existência de cargos e funções com atribuição docente não denominados “professor”, próprios da EI, principalmente da creche. Em muitos municípios brasileiros, esses cargos são denominados “auxiliar” e outros equivalentes, não requerendo a formação docente. Os profissionais que atuam nesses cargos têm uma carga horária de trabalho extensa, salários inferiores e menos oportunidades de formação continuada.

Em se tratando de crianças com necessidades especiais, apesar da crescente cobertura do atendimento da EI e da Educação Especial, decorrente de políticas implantadas desde o final dos anos 1990, trabalhos acadêmicos denunciam a quase inexistência de crianças com deficiência e outras necessidades educacionais especiais entre a população matriculada na EI (KASSAR; RONDON, 2016; MILANESI; CIA, 2017).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação brasileira deve possibilitar o pleno desenvolvimento da pessoa, a fim de que seja capaz de exercer a cidadania. O dever do Estado para com a educação é efetivado mediante a garantia, dentre outras, de Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino e de EI, em creche e pré-escola, às crianças de até 5 anos de idade (BRASIL, 1988).

No Brasil, o AEE é assegurado aos “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2013, *on-line*).

Este atendimento é definido pela Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tendo como função

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 10).

As Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, instituídas pela Resolução nº 2, de 11 de setembro (BRASIL, 2001), em seu Artigo 5º, consideram que os educandos com necessidades especiais são aqueles que, durante o processo educacional, apresentam:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (BRASIL, 2001, p. 5).

Diante disso, tem-se que os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) integram, por direito, o público-alvo do AEE. Os alunos com TEA têm *déficits* na comunicação social e nas interações sociais, bem como padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. Os sintomas devem estar presentes no início da infância, mas podem não se manifestar completamente até que as demandas sociais excedam o limite de suas capacidades (BRITO, 2017).

Os *déficits* para desenvolver e manter relacionamentos são persistentes e marcados pela dificuldade em participar de brincadeiras imaginativas, em fazer amizades e pela falta de interesse por pares (APA, 2014).

O trabalho com esses alunos requer por parte dos professores conhecimento teórico acerca do TEA, uma vez que a falta de esclarecimento sobre esse transtorno pode levar a condutas equivocadas, dificultando a adaptação da criança autista no contexto escolar.

Pode-se afirmar que, com a publicação da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, houve um grande avanço na luta pela inclusão educacional das pessoas com necessidades educacionais especiais, pois esse documento estabeleceu as diretrizes básicas para a inclusão escolar de pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação ou com transtornos globais do desenvolvimento. Além disso, definiu que o aluno com necessidades especiais, por apresentar necessidades singulares e divergentes dos demais alunos no domínio das matérias curriculares correspondentes à sua idade, necessita de recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas (BRASIL, 2008).

Contudo, os direitos das pessoas com TEA foram colocados em pauta somente com a promulgação da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a qual institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012).

Para garantir o cumprimento desses direitos, é necessário que os professores sejam capacitados para atender às demandas de seus alunos no que concerne aos processos de aprendizagem, uma vez que são os responsáveis pela transmissão de conhecimentos acadêmicos, acompanhamento e inclusão de seus estudantes.

A partir dessas reflexões, pretende-se responder a esta questão orientadora: o que tem sido investigado nas pesquisas *stricto sensu* em relação ao Atendimento Educacional Especializado e à inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista no contexto da Educação Infantil?

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar as teses e dissertações produzidas entre os anos de 2016 e 2021, que tratam da temática ora investigada (TEA, AAE e EI). O trabalho se justifica pelo fato de que a inclusão de alunos com TEA é um desafio para o sistema educacional brasileiro, tornando-se necessário analisar o que contribui e o que dificulta a inclusão desses alunos no contexto escolar.

Método

Para a efetivação do estudo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica do tipo ‘estado do conhecimento’. De acordo com Romanowski e Ens (2006), diferentemente das pesquisas do tipo ‘estado da arte’, que se propõem a estudar um tema pelo mapeamento de obras nos mais diversos setores de produção do conhecimento (teses, dissertações, livros, periódicos científicos, comunicações, publicações em anais de congressos etc.), os estudos do tipo ‘estado

do conhecimento’ abordam apenas “[...] um setor das publicações sobre o tema estudado” (ROMANOVSKI; ENS, 2006, p. 39), por exemplo, teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil.

Ambos os tipos de estudo, entretanto, buscam realizar um balanço acerca do acúmulo do que já foi produzido em uma determinada área de conhecimento, justificando-se pela possibilidade de oferecer “[...] uma visão geral do que vem sendo produzido na área e uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas na área, bem como suas características e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 40).

Para a busca das teses e dissertações, foram utilizadas três bases de dados: 1) Banco de Teses e Dissertações do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); 2) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e 3) *Google Scholar*.

O recorte temporal abrangeu o período compreendido entre 2016 e 2021. Para a busca, foram utilizados os seguintes descritores: “Atendimento Educacional Especializado”, “Transtorno de Espectro Autista”, “prática docente”, “Educação Infantil”, os quais foram cruzados por meio do operador booleano “AND”.

Como critério de inclusão, foram selecionadas apenas produções (teses e dissertações) em língua portuguesa e que respondiam à questão orientadora deste estudo. Como critério de exclusão, foram eliminados os estudos que se repetiam nas três bases de dados e que não estavam de acordo com o que se pedia na questão orientadora.

Resultados e discussões

Efetuadas as buscas, foram encontrados 865 estudos, sendo 48 no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 9 na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e 808 no *Google Scholar*. Por meio de uma leitura mais criteriosa dos títulos e resumos, aplicados os critérios exclusão, foram descartados 849 deles, por não atenderem aos critérios de inclusão da pesquisa e não responderem à questão orientadora. Dessa forma, restaram apenas 16 pesquisas que compuseram o *corpus* de análise deste estudo, conforme o Quadro 1.

Análise quantitativa

Quadro 1 – Total de pesquisas sobre Transtorno do Espectro Autista e Educação Infantil em três bases de dados

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.8, N.3 - pág. 774 - 796 set-dez de 2022: “Dossiê: Educação Especial numa perspectiva inclusiva, acessibilidade e inovação tecnológica”.

DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2022.69643>

Bases de dados	Número de Dissertações/Teses	Fontes selecionadas
Banco de Teses e Dissertações da CAPES	48	8
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	9	2
Google Scholar	808	6
Total	865	16

Fonte: elaborado pelos autores.

No Quadro 2, encontram-se os estudos selecionados para compor o *corpus* de análise deste trabalho.

Quadro 2 – Resultado da busca de referências nas bases de dados abrangendo o período de 2016 a 2021

Ano de publicação	Autor(a)	Título	Universidade na qual o estudo foi desenvolvido	Região do Brasil	Base de dados
2017	OLIVEIRA, Carine Ramos de	Capacitação do Profissional da Educação Infantil: identificação precoce de sinais do Transtorno do Espectro Autista	Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Bauru-SP	Sudeste	Banco de Teses e Dissertações da CAPES
2017	VIANA, Márcia Carolina da Mota	Autismo na Educação Infantil: um estudo sobre a interação social e a inclusão escolar	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife-PE	Nordeste	Banco de Teses e Dissertações da CAPES
2017	FERREIRA, Roberta Flávia Alves.	Inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil: o desafio da formação de professoras	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte-MG	Sudeste	Google Scholar
2017	FIORINI, Bianca Sampaio	O aluno com Transtornos do Espectro do Autismo na Educação Infantil: caracterização da rotina escolar	Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília-SP	Sudeste	Google Scholar
2018	MANETTI, Ilis Ângela Wickboldt	Inclusão escolar do aluno com Transtorno do Espectro do Autismo na Educação Infantil	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Pelotas-RS	Sul	Google Scholar
2019	SOUZA, Maria da Guia	Autismo e inclusão na Educação Infantil: efeitos de um programa de intervenção colaborativa nas práticas pedagógicas dos professores	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN	Nordeste	Google Scholar

2019	SILVA, Nathália Bermudes Alves da	Educação Inclusiva: um estudo de caso de um aluno autista na Educação Infantil em Vila Velha-ES	Centro Universitário Vale do Cricaré (UNICV), São Mateus-ES	Sudeste	Banco de Teses e Dissertações da CAPES
2019	SANTOS, Juçara Maria Lemes Giffoni Ávila	Desafios e possibilidades da escola pública na inclusão de aluno com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil	Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté-SP	Sudeste	Google Scholar
2019	VIANA, Isaac Pereira	O processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil	Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís-MA	Nordeste	Google Scholar
2020	OLIVEIRA, Thaís Naiani Menezes Gomes de	A inclusão escolar e a prática pedagógica no trabalho com crianças com Transtorno do Espectro Autista: desafios e possibilidades na atuação de profissionais da Educação Infantil	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife-PE	Nordeste	Banco de Teses e Dissertações da CAPES
2020	SANTOS, Isabelle Sercundes	A criança com Transtorno do Espectro Autista na sala regular da Educação Infantil: das políticas educacionais às práticas pedagógicas em João Pessoa-PB	Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa-PB	Nordeste	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
2020	OLIVEIRA, Marines Andreazza	Plano Educacional Individualizado e sua importância para a inclusão de crianças autistas	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Foz do Iguaçu-PR	Sul	Banco de Teses e Dissertações da CAPES
2021	RINALDO, Simone Catarina de Oliveira	Possibilidades do coensino com crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil	Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara-SP	Sudeste	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
2021	ANDRADE, Juliana Silva Andrieta	Práticas pedagógicas inclusivas junto a crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil	Centro Universitário Vale do Cricaré (UNICV), São Mateus-ES	Sudeste	Banco de Teses e Dissertações da CAPES

2021	BRAGA, Ana Paula da Silva	A inclusão de crianças com autismo em unidades de Educação Infantil do município de Mossoró-RN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró-RN	Nordeste	Banco de Teses e Dissertações da CAPES
2021	BATISTA, Tatiana Lemes de Araújo	Transtorno do Espectro Autista e Educação Infantil: desafios da educação inclusiva	Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá-PR	Sul	Banco de Teses e Dissertações da CAPES

Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme pode ser observado no Quadro 2, não foram encontrados estudos no ano de 2016. Todavia, nos anos subsequentes, houve um aumento de pesquisas sobre a temática ora investigada. De um total de 16 estudos, 14 (87,5%) foram desenvolvidos em universidades públicas e 2 (12,5%) em universidades privadas. Em relação às regiões em que os estudos foram produzidos, 7 (43,75%) foram produzidos na região Sudeste, 6 (37,5%) na região Nordeste e 3 (18,75%) na região Sul. Não foram encontrados estudos nas regiões Norte e Centro-Oeste. É importante ressaltar, ainda, que, de um total de 16 estudos, 15 (93,75%) são dissertações de mestrado e apenas uma (6,25%) é tese de doutorado, o que indica a necessidade de mais estudos em nível de doutorado.

Análise qualitativa

As pesquisas selecionadas foram analisadas, levando-se em consideração os seguintes itens: título, autor, região/estado; instituição/programa; objetivo geral; metodologia, resultados e conclusão. Para a descrição dos estudos, seguiu-se o critério cronológico (ano de publicação da dissertação ou tese).

O primeiro estudo analisado se trata da dissertação desenvolvida por Oliveira (2017b), cujo título é “Capacitação do Profissional da Educação Infantil: identificação precoce de Sinais do Transtorno do Espectro Autista”. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Bauru-SP, e teve como objetivo investigar e descrever o conhecimento e a experiência de profissionais da EI com crianças com TEA, além de elaborar, implementar e avaliar a eficácia de um programa para a identificação precoce dos sinais desse transtorno.

A pesquisa foi dividida em dois momentos. O primeiro teve como objetivo investigar e descrever o conhecimento de profissionais de EI sobre o TEA, o contato deles com esse transtorno ao longo de sua carreira na educação, suas decisões ao identificar crianças com sinais

de TEA, os encaminhamentos, caso haja um estudante com esse diagnóstico, e suas percepções sobre a importância do diagnóstico precoce para a EI. Para a construção da pesquisa, participaram 170 (cento e setenta) profissionais de 22 (vinte e duas) escolas da rede pública municipal de EI de um município do interior de São Paulo. As informações angariadas com o estudo evidenciam o desconhecimento dos profissionais a respeito da definição e características do transtorno, apesar de a maioria dos profissionais afirmar ter tido contato com crianças com TEA ao longo de suas vidas.

O segundo momento da pesquisa de Oliveira (2017b) visou a elaborar, implementar e avaliar um programa de capacitação de profissionais da EI para a identificação precoce dos sinais do TEA. Participaram do estudo 126 (cento e vinte e seis) profissionais da EI de 22 (vinte e duas) escolas da rede pública municipal do mesmo município do estado de São Paulo.

A capacitação foi composta por três encontros, nos quais foram abordados: o conceito e as características típicas do TEA, a prevalência do TEA na população, as três escalas de rastreamento de sinais de TEA, os possíveis encaminhamentos para avaliação dos sinais, dentre outros temas. A avaliação da eficácia dessa capacitação foi realizada comparando o desempenho dos profissionais em três momentos: antes da capacitação, imediatamente após e quatro meses depois (*follow-up*).

Oliveira (2017b) assevera que a capacitação foi eficaz para a aquisição e manutenção de conhecimentos a respeito do TEA, aumentando as possibilidades de identificação precoce de sinais e o consequente encaminhamento para a avaliação especializada por uma equipe multiprofissional. Segundo a autora, pôde-se observar que há, também, o despreparo e a insegurança dos professores em relação ao trabalho com crianças com TEA, o que indica a necessidade de uma capacitação específica para os profissionais da EI. A autora constatou, em seu contato com esses profissionais, que eram frequentes os sentimentos de incapacidade e o despreparo de muitos professores ao receberem, em suas salas, crianças com o diagnóstico, bem como a necessidade de formações iniciais e contínuas adequadas.

O segundo estudo analisado se trata da dissertação desenvolvida por Viana (2017), cujo título é “Autismo na Educação Infantil: um estudo sobre a interação social e a inclusão escolar”. O estudo está vinculado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife-PE, e teve como objetivo investigar se – e como – a prática docente pode favorecer a interação social e a inclusão escolar de crianças com TEA na EI. Para tanto, foram realizados três estudos de caso com crianças com TEA e suas respectivas professoras e mediadoras no contexto de inclusão na EI de uma escola particular do Recife.

Viana (2017) utilizou como instrumento para a construção dos registros e coleta de dados a videografia das interações e do contexto inclusivo no ambiente escolar e a entrevista semiestruturada com as professoras. Para a investigação dos dados, Viana (2017) recorreu à análise interacional dos registros. Dessa análise, emergiram 6 (seis) categorias no processo de interação no contexto escolar da EI da criança entre a professora e a mediadora. Foram elas: suporte na brincadeira, direcionamentos, questionamentos, suporte na atividade, atividade lúdica e brincadeira com movimento; e 5 (cinco) categorias no processo de interação entre os pares, que foram: brincadeira com movimento, imitação, iniciação, iniciação do colega e interesse por objetos. Da análise do processo de inclusão escolar, foram elaboradas 4 (quatro) categorias principais. São elas: direcionamento para interação com o grupo, repetição, suporte na atividade e tempo de espera.

Os resultados evidenciam que a prática docente na EI favorece a interação social e a inclusão escolar de crianças com TEA. Porém, são necessários o auxílio e o suporte de outras práticas, uma vez que, no processo de inclusão e interação, a prática pedagógica deve envolver os demais agentes da escola em um trabalho conjunto (professores, mediadores, gestão), pois isso se mostra mais eficaz do que a atuação desses profissionais separadamente. Nesse contexto, segundo Viana (2017), a partir das concepções das professoras, foi possível perceber que elas buscam auxílio na troca de saberes, experiências e suporte nos momentos em que se deparam com dificuldades, evidenciando, mais uma vez, a importância da prática pedagógica no contexto inclusivo.

O terceiro estudo analisado se refere à dissertação desenvolvida por Ferreira (2017), cujo título é “Inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil: o desafio da formação de professoras”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte-MG. O objetivo da pesquisa consistiu em analisar qual é o tipo de formação que as professoras que atuam em uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI), no município de Belo Horizonte, receberam na sua formação inicial e ao longo da sua trajetória profissional. Também se investigou como elas avaliam essa formação diante do desafio de assegurar a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista.

Como metodologia de pesquisa, elegeu-se uma abordagem qualitativa, recorrendo-se ao estudo de caso. Ferreira (2017) realizou um levantamento bibliográfico e documental na busca de conceitos, documentos legais e normativos em âmbito internacional, nacional e local, essenciais para a construção teórica. Como técnicas de pesquisa, o questionário, a entrevista semiestruturada e a entrevista coletiva foram requisitados.

Os resultados do estudo apontam para a necessidade de as professoras aprofundarem a compreensão sobre as necessidades educativas e de aprendizagem das crianças com TEA, tendo acesso a cursos de atualização e materiais adequados para atividades específicas direcionadas a essas crianças. Ferreira (2017) constatou, também, que as professoras não se sentem preparadas para atuar junto às crianças com TEA em razão de desconhecerem as particularidades do transtorno e de não terem recebido formação específica sobre a inclusão.

Ao término do estudo, Ferreira (2017) conclui que, para que a inclusão realmente ocorra, não basta meramente assegurar as matrículas dos alunos com deficiência no ensino regular. Sem a adequação curricular, o planejamento educacional individualizado, os recursos pedagógicos específicos e, principalmente, a formação contínua de professoras, a inclusão não se efetiva.

O quarto estudo analisado remete à dissertação desenvolvida por Fiorini (2017), cujo título é “O aluno com Transtornos do Espectro do Autismo na Educação Infantil: caracterização da rotina escolar”. A dissertação foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Marília-SP, e teve como objetivo caracterizar a rotina de atividades da criança com Transtorno do Espectro do Autismo no contexto da EI. Os participantes da pesquisa foram: 7 (sete) crianças com diagnóstico de TEA, as respectivas professoras e cuidadoras.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um roteiro de entrevista previamente elaborado. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com as professoras dessas crianças. Também foram realizadas observações das crianças durante a rotina escolar, sendo estas registradas continuamente em diário de campo. Nessa etapa, foi utilizada a Escala de Avaliação de Traços Autísticos (ATA) para colaborar com a caracterização das crianças participantes.

Nos resultados, Fiorini (2017) destaca a importância de caracterizar a rotina de crianças com TEA na escola, visto que há uma diversidade dessa população com um mesmo diagnóstico. Segundo a pesquisadora, a análise da rotina permitiu identificar a participação das crianças com TEA em diferentes atividades realizadas no contexto da EI, desde conteúdos dirigidos pelo professor, até mesmo durante o brincar. A autora concluiu que a pesquisa concretizou a importância da caracterização da rotina no planejamento de práticas direcionadas à participação e aprendizagem das crianças com TEA no contexto da EI.

O quinto estudo analisado se trata da dissertação desenvolvida por Manetti (2018), cujo título é “Inclusão escolar do aluno com Transtorno do Espectro do Autismo na Educação Infantil”, defendida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), no Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação da cidade de

Pelotas-RS. A pesquisa teve como objetivo investigar os procedimentos e/ou recursos adotados pelos profissionais da escola para a inclusão das crianças com TEA no que tange aos espaços, tempo, currículo, Projeto Político-Pedagógico (PPP), detecção precoce, formação docente, metodologias e leis, bem como os desafios na relação estudante/professor/escola/família.

Empregou-se tanto a abordagem qualitativa como a quantitativa, mediante o estudo de caso exploratório descritivo de três crianças em processo de inclusão em duas escolas distintas de EI do município. Para a coleta de dados, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental, bem como à aplicação de um questionário sociodemográfico com professores e gestores, entrevista semiestruturada com os pais e observação com roteiro nas escolas. Os dados foram examinados por meio da análise de conteúdo de Bardin.

Nos resultados, Manetti (2018) ressalta que a inclusão é vista como um desafio à escola em virtude da falta de formação de professores e gestores, além do desconhecimento sobre os sinais e formas de intervenção para auxiliar a criança com TEA. A autora conclui que, na EI, ficam evidentes os primeiros sintomas do TEA; portanto, há a necessidade de um guia prático com orientações para professores e gestores, o que se tornou o produto final da pesquisa e culminou em uma formação continuada para os professores.

O sexto estudo analisado concerne à dissertação desenvolvida por Souza (2019), cujo título é “Autismo e inclusão na Educação Infantil: efeitos de um programa de intervenção colaborativa nas práticas pedagógicas dos professores”. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, e teve como objetivo avaliar a eficácia de uma proposta pedagógica de intervenção escolar, de cunho colaborativo, na escolarização de uma criança com TEA, regularmente matriculada na EI, na cidade de Tenente Laurentino Cruz-RN.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, na qual foi adotada a técnica de Grupo Focal combinada às entrevistas individuais para obtenção de dados. Já o tratamento dos dados das entrevistas semiestruturadas foi feito a partir da análise de conteúdo de Bardin (2016). Participaram do estudo 5 (cinco) professoras da EI da rede municipal de Parnamirim-RN que tinham regularmente matriculadas, em suas turmas, crianças diagnosticadas com TEA. A proposta de formação se deu via plataforma digital de comunicação visando a problematizar a relação corpo, aprendizagem e inclusão escolar de crianças com TEA no contexto da EI.

Os resultados demonstram a ausência de vivências coletivas e de espaços destinados à formação continuada para a construção de saberes a partir da ação/reflexão no fazer docente, o desconhecimento das professoras acerca do TEA e a presença marcante de concepções que não

valorizam o corpo da criança no processo educativo, por ainda o enxergarem apenas como um corpo físico, em muitos casos, reprimido a favor da valorização do desenvolvimento cognitivo. Souza (2019) chegou à conclusão de que o sucesso ou o fracasso da escolarização da criança com TEA se condiciona ao planejamento e à organização de estratégias de ensino, às adequações realizadas na escola, bem como à formação continuada de professores.

O sétimo estudo analisado se refere à dissertação desenvolvida por Silva (2019), cujo título é “Educação Inclusiva: um estudo de caso de um aluno autista na Educação Infantil em Vila Velha-ES”. A pesquisa está vinculada ao Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Vale do Cricaré (UNICV) e teve como objetivo estudar a educação inclusiva de um aluno autista no cotidiano do ensino regular da EI no município de Vila Velha-ES.

A pesquisa, de cunho qualitativo, ocorreu por meio de um estudo de caso. Para a coleta de dados, foram utilizados um roteiro de observação e um questionário com perguntas abertas aos participantes da comunidade escolar, exceto a mãe do aluno, que optou pela entrevista. Na discussão dos dados, a autora destacou como ocorria a vivência do aluno dentro da sala de aula regular e os mecanismos utilizados pela professora e equipe pedagógica para envolver a participação dos pais nesse processo.

Silva (2019) concluiu que o processo de inclusão requer a valorização das diferenças. Ademais, é de suma importância que aconteça a melhoria das condições de trabalho dos professores, tanto no que tange à capacitação profissional quanto aos investimentos nas condições físicas das escolas e ao oferecimento dos materiais adaptados às limitações dos alunos público-alvo da educação especial.

O oitavo estudo analisado corresponde à dissertação desenvolvida por Santos (2019), intitulada “Desafios e possibilidades da escola pública na inclusão de aluno com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil”. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Taubaté (UNITAU) e teve como objetivo analisar as possibilidades e os desafios enfrentados por uma escola pública no processo de inclusão escolar de uma criança com TEA, regularmente matriculada na EI.

Como metodologia, adotou-se uma abordagem qualitativa e, como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados o roteiro de observação, a entrevista semiestruturada e a análise documental da instituição. A análise dos conteúdos coletados teve como postulado teórico a proposta de Bardin.

Os resultados revelam, segundo Santos (2019), que os subsídios e assessorias prestados aos professores, para que possam promover a inclusão das crianças com TEA, ainda se mostram

insuficientes, apesar dos esforços empreendidos pela escola como instituição formadora, o que acaba por gerar muitas dificuldades no cotidiano desses docentes. Como exemplo das dificuldades, Santos (2019) menciona as lacunas no conhecimento da Professora, Assistente de Desenvolvimento Infantil (ADI), da Diretora e da Coordenação Pedagógica a respeito do autismo.

Santos (2019) afirma que o grande desafio não é garantir o acesso à sala de aula, mas, sim, planejar a aprendizagem, a participação e as estratégias de permanência dessas crianças. Isso envolve a organização de um planejamento dinâmico, inclusivo e atrativo. A pesquisadora finaliza seu estudo reconhecendo que, muitas vezes, a inclusão incomoda, provoca resistências, desperta antipatias e críticas. Por conseguinte, é importante refletir sobre estratégias que possam contribuir para a qualidade da educação prestada a essas crianças, a fim de que tenham acesso ao currículo escolar de forma igualitária, conforme prevê a legislação.

Por fim, Santos (2019) discorre sobre a urgência no planejamento de políticas públicas que possam oferecer formação para os professores, visto que educar para a diversidade pressupõe mudanças curriculares e pedagógicas. Entretanto, segundo a autora, a legislação vigente ainda não é suficiente para garantir uma prática escolar inclusiva.

O nono estudo analisado equivale à dissertação desenvolvida por Viana (2019), cujo título é “O processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil”. A pesquisa foi defendida na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, na cidade de São Luís-MA, e teve como objetivo investigar o processo de inclusão de crianças com TEA, nas instituições públicas de EI, em São Luís-MA, a partir da percepção de seus familiares e dos profissionais das referidas instituições.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa do tipo exploratória, e os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Os participantes foram 20 (vinte) pessoas; dentre elas, 4 (quatro) familiares de crianças com TEA e 16 (dezesseis) profissionais que trabalhavam com as referidas crianças nas instituições pesquisadas.

Segundo Viana (2019), os resultados de seu estudo revelam que existem muitos obstáculos a serem superados no contexto da Educação Inclusiva na Educação Infantil, dentre eles, os causados pelos estigmas em relação ao referido transtorno, já que os profissionais que trabalham com crianças com TEA, em sua maioria, ainda se sentem pouco preparados, ocasionando mais uma barreira para a inclusão.

O autor conclui, por meio da pesquisa, que há uma carência nas relações que se estabelecem entre as instituições de EI pesquisadas e os familiares das crianças com TEA

matriculadas nessas escolas, implicando mais um obstáculo para que os professores possam colaborar com o processo de inclusão dessas crianças.

Viana (2019) ressalta, ademais, a falta de recursos, como materiais didáticos, salas de recursos em algumas escolas, mais cuidadores em sala de aula, oferta de mais informações aos profissionais que atuam nas escolas, mais profissionais da saúde pública para acompanharem as crianças com TEA, o que ajudaria na emissão de laudos. Com esses aparelhos, facilitar-se-ia a inclusão dessas crianças nos processos escolares e na rotina da EI.

O décimo estudo analisado se trata da dissertação desenvolvida por Oliveira (2020a), denominada “A inclusão escolar e a prática pedagógica no trabalho com crianças com Transtorno do Espectro Autista: desafios e possibilidades na atuação de profissionais da Educação Infantil”. A pesquisa está vinculada ao Mestrado em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Fundação Joaquim Nabuco, Recife-PE, e teve como objetivo compreender como as práticas pedagógicas têm sido desenvolvidas pelos profissionais da educação que lidam com crianças com TEA na EI.

Para a efetivação do estudo, recorreu-se a uma investigação de cunho quanti-qualitativo com a realização da observação participante. Pontua-se que os participantes foram os profissionais da educação (6 (seis) professores, 3 (três) AADEEs e 1 (uma) AEE) de 2 (dois) CMEIs de referência do Recife que mantêm relações com 5 (cinco) crianças com diagnóstico de TEA, também consideradas participantes da pesquisa. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas com os profissionais e registros videográficos da prática pedagógica desses profissionais.

Os resultados obtidos com a pesquisa, a partir da concepção dos profissionais da educação sobre o TEA, revelam que a compreensão desse transtorno parece ainda não estar inteligível para profissionais da educação, sobretudo por não existir um discurso comum entre os profissionais que lidam com essas crianças. Outro aspecto que chamou a atenção em relação às práticas pedagógicas é que as atividades propostas para as crianças parecem não ter um propósito definido quanto ao que se pretende atingir com o desenvolvimento da criança. No que se refere às metodologias ativas, nem sempre percebemos um modelo de atuação com as crianças em que elas são as protagonistas da sua aprendizagem.

O décimo primeiro estudo analisado se trata da dissertação desenvolvida por Santos (2020), intitulada “A criança com Transtorno do Espectro Autista na sala regular da Educação Infantil: das políticas educacionais às práticas pedagógicas em João Pessoa-PB”. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da

Paraíba (UFPB), João Pessoa-PB, e teve como objetivo compreender em que medida se efetiva a inclusão educacional de crianças com TEA na EI.

O método que conduziu o exercício do pensamento para a compreensão da realidade estudada foi o hermenêutico-dialético, à luz das contribuições da Teoria Histórico-Cultural (THC). O lócus de pesquisa foi um Centro de Referência em Educação Infantil (CREI) em João Pessoa-PB. Os participantes da pesquisa foram: 6 (seis) crianças com TEA, 2 (duas) professoras das salas regulares, 5 (cinco) cuidadoras, 1 (uma) diretora, 1 (uma) supervisora, 1 (uma) professora do Atendimento Educacional Especializado e 5 (cinco) mães, totalizando 21 (vinte e um) sujeitos.

Os resultados revelam que as práticas pedagógicas para a inclusão das crianças com TEA carecem de uma sistematização que oportunize mais participação dessas crianças e que considerem adequações curriculares de acordo com suas necessidades, a fim de oportunizar aprendizagem e desenvolvimento também nas salas regulares.

Santos (2020) concluiu que as políticas educacionais de inclusão avançaram significativamente no contexto nacional e local, ofertando recursos materiais e o apoio de profissionais para tornar espaços e informações acessíveis, o que tem ampliado, de maneira progressiva, a presença de crianças com deficiências nas escolas públicas. Entretanto, tratando-se do público de crianças pequenas com TEA, há a necessidade de aprimoramento como formações permanentes que abordem com profundidade sobre a inclusão; priorização de profissionais especializados para o acompanhamento das crianças nas salas regulares; e investimentos em materiais, tempos e espaços que permitam, ao máximo, brincar, aprender e se desenvolver.

O décimo segundo estudo analisado remete à dissertação desenvolvida por Oliveira (2020b), cujo título é “Plano Educacional Individualizado e sua importância para a inclusão de crianças autistas”. O estudo está vinculado ao Mestrado em Ensino da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Foz do Iguaçu-PR, e teve como objetivo conhecer a percepção dos professores sobre o Plano Educacional Individualizado como uma estratégia de organização curricular para a inclusão de alunos com TEA na EI.

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com professores que atuaram com alunos autistas de pré-escolar (4 e 5 anos), no ano de 2019, dos Centros Municipais de Educação Infantil de um Município no Oeste do Paraná. Para as entrevistas, foi utilizado um roteiro semiestruturado com 10 (dez) perguntas abertas; o instrumento também possibilitou coletar

dados para a caracterização dos professores e dos alunos com o transtorno. Os dados foram analisados, segundo o Discurso do Sujeito Coletivo, e extraídos dos depoimentos do grupo.

Os resultados evidenciaram a ausência de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) de AEE na modalidade da EI e a carência no suporte e apoio aos docentes. Sobre adequações curriculares, os docentes demonstram desconhecimento/indefinição. Quanto ao entendimento dos professores sobre o Plano Educacional Individualizado, uma indefinição conceitual e um desconhecimento sobre a sua elaboração e aplicabilidade foram observados.

As dificuldades apresentadas pelos docentes no contexto escolar demonstram a importância do Plano Educacional Individualizado no processo inclusivo da criança autista. Sua relevância ainda se expressa na expectativa positiva dos docentes sobre um planejamento elaborado de forma colaborativa. Embora eles relatem dificuldades em relação à inclusão, buscam formas para melhorar sua atuação junto às crianças.

O décimo terceiro estudo analisado se refere à tese desenvolvida por Rinaldo (2021), intitulada “Possibilidades do coensino com crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil”. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Araraquara-SP, e teve como objetivo analisar as possibilidades do coensino, a partir das práticas pedagógicas dos professores da educação especial e do ensino comum, voltadas para as crianças com TEA, na EI.

De acordo com a autora, o coensino é uma proposta de trabalho que visa ao apoio à escolarização do aluno elegível ao serviço de educação especial (ESEE) por meio da parceria colaborativa entre os professores da educação especial e do ensino comum. A inexistência dessa parceria aponta para práticas pedagógicas não inclusivas devido à falta de formação em serviço, principalmente para o professor do ensino comum.

Nesse sentido, o estudo propôs um programa de encontros temáticos sobre coensino para os professores da educação especial e do ensino comum atuantes na EI. Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos: entrevistas, roteiros para reflexão e avaliação da prática pedagógica; documentos da Secretaria Municipal de Educação (SME); materiais formativos para os encontros temáticos e diário de campo. A análise dos dados teve por subsídio os estudos teóricos e metodológicos realizados ao longo de todo o período da pesquisa.

Os resultados revelam que o município participante da pesquisa tem condições de implementar o modelo do coensino por meio da revisão e atualização da sua política, uma vez que dispõe de recursos materiais, humanos e arquitetônicos para isso, podendo iniciá-lo pela EI. A autora concluiu que o coensino, além de favorecer a aprendizagem dos alunos elegíveis

ao serviço de educação especial, especificamente os com TEA, é uma estratégia promissora para prover a formação em serviço dos profissionais da escola. Todavia, pondera que não basta o empenho dos professores; mudanças no modelo de AEE ofertado na EI são necessárias, pois a dificuldade maior está na articulação do tempo para planejar, instruir e avaliar em comum. Tal articulação depende de políticas atualizadas referentes à atuação dos profissionais da educação.

O décimo quarto estudo analisado se trata da dissertação desenvolvida por Andrade (2021), cujo título é “Práticas pedagógicas inclusivas junto a crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil”. A pesquisa está vinculada ao Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré (UNICV), São Mateus-ES, e teve como objetivo realizar um estudo sobre os desafios enfrentados pelos professores para o envolvimento social de crianças autistas na EI, mediante uma análise da atuação pedagógica do docente em relação aos discentes com TEA na sala de aula.

A pesquisa, de cunho qualitativo, ocorreu por meio de um estudo de caso de uma criança autista. Os resultados revelam que a inclusão de estudantes com TEA envolve várias ações que precisam ser implementadas no ambiente escolar. Todavia, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas que propiciem a formação continuada dos docentes, recursos para adaptação desses ambientes e obtenção de materiais didáticos pedagógicos que cooperem para um desempenho docente mais dinâmico e atrativo aos alunos.

O décimo quinto estudo analisado corresponde à dissertação desenvolvida por Braga (2021), cujo título é “A inclusão de crianças com autismo em unidades de Educação Infantil do município de Mossoró-RN”. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró-RN, e teve como objetivo analisar como acontece a inclusão de alunos com autismo em Unidades de Educação Infantil do Município de Mossoró-RN.

Para a coleta de informações, foi realizada uma pesquisa documental, envolvendo os documentos e dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação (SME). Assim, para a análise dos dados, foi utilizada a técnica da Análise Textual Discursiva.

Nesse estudo, 3 (três) unidades de análise foram estabelecidas; cada unidade desencadeou categorias específicas ao objeto proposto. A primeira unidade explana o que o Plano Municipal de Educação (PME) propõe sobre educação especial e inclusiva. A segunda unidade busca entender como acontece o processo e quais critérios são utilizados para compor a seleção do professor auxiliar e a importância de sua atuação. A terceira e última unidade elucida sobre as matrículas dos alunos com autismo e a crescente procura na EI.

Os resultados do estudo revelam que o desafio da inclusão de alunos autistas acontece desde a acessibilidade, perpassa pela contração do professor auxiliar – que, no caso da rede municipal, são estagiários – e se estende ao AEE dos alunos com TEA.

Por fim, o décimo sexto estudo analisado equivale à dissertação desenvolvida por Batista (2021), intitulada “Transtorno do Espectro Autista e Educação infantil: desafios da educação inclusiva”. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá-PR, e teve como objetivo compreender as concepções/significações de profissionais da EI acerca do TEA e da prática pedagógica que desenvolvem para promover o processo de inclusão dessas crianças.

Para a pesquisa de campo, foram utilizados um questionário sociodemográfico, um roteiro de entrevista semiestruturada e um roteiro de observação das práticas dessas profissionais na EI. Participaram do estudo 23 (vinte e três) profissionais da educação, dentre as quais 6 (seis) são professoras regentes, 6 (seis) professoras de apoio, 4 (quatro) diretoras, 5 (cinco) supervisoras e 1 (uma) orientadora educacional. Todas trabalhavam em Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de um município no interior do Paraná e tinham crianças matriculadas com TEA em suas classes. Participou, ainda, a coordenadora da Educação Especial da Secretaria de Educação do mesmo município.

Os resultados da pesquisa revelam que as profissionais da EI participantes não sentem segurança em suas concepções acerca do TEA e nas práticas pedagógicas que desenvolvem no intuito de promover a inclusão das crianças com autismo. Isso, segundo elas, em razão da formação continuada insuficiente ofertada pelos órgãos competentes. Batista (2021) concluiu que é de suma importância a criação de um contexto de formação específica que permita a modificação da prática pedagógica dos professores; caso contrário, a inclusão das crianças com TEA não será oportunizada de forma adequada.

Após a descrição dos 16 (dezesseis) estudos selecionados para compor o *corpus* de análise da presente pesquisa, verificou-se que, em sua totalidade, houve a investigação da problemática relacionada ao acolhimento da criança com TEA na EI. Os estudos têm em comum o fato de mostrarem que os professores se sentem inseguros e angustiados ao receberem crianças com essa especificidade em suas salas de aula. Embora demonstrem preocupação com o ingresso dos estudantes com TEA nas escolas, sentem que não têm formação suficiente para atender a esse público de forma adequada. Ademais, as pesquisas revelaram a quase ausência de SRM de AEE na modalidade da EI e a falta de suporte e apoio aos docentes.

Para Kassar e Rondon (2016), a quase ausência de espaços de Atendimento Educacional Especializado em Centros de Educação Infantil pode ser a responsável pela ínfima frequência

de crianças pequenas em AEE no setor público. Todavia, a Nota Técnica Conjunta nº 2, de 4 de agosto de 2015, afirma que “[...] o acesso, a permanência e a participação das crianças com deficiência de 0 a 3 anos de idade na creche e dos 4 aos 5 na pré-escola, são imprescindíveis para a consolidação do sistema educacional inclusivo” (BRASIL, 2015, p. 2).

Nesse sentido, é urgente que as escolas organizem seus espaços para o atendimento de crianças com TEA. Isso demanda adequação curricular, planejamento educacional individualizado, recursos pedagógicos específicos e, principalmente, a formação contínua de professores.

Considerações finais

Este estudo teve o intuito de analisar teses e dissertações produzidas entre os anos de 2016 e 2021 que abordam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) destinado aos alunos com TEA matriculados na Educação Infantil (EI).

A partir da exposição dos principais achados, considera-se que o estudo atendeu ao objetivo proposto, trazendo resultados e descobertas importantes sobre a temática do AEE na EI. Ficou evidente a necessidade de investimentos em concursos públicos para profissionais da área da Educação Especial, pois, apesar de a legislação brasileira indicar que o ingresso na profissão docente deve ser efetuado, exclusivamente, por concurso, a realidade revela que há um grande contingente de professores e estagiários contratados de forma temporária, recebendo salários irrisórios.

É importante, ainda, o investimento em infraestrutura, o que envolveria a implementação de mais Salas de Recursos Multifuncionais equipadas com recursos pedagógicos adequados para o público da Educação Infantil. Todavia, acima de tudo, é imprescindível que se invista em recursos humanos, ou seja, na formação inicial e continuada dos docentes. Essa formação deve ter como foco a atuação em sala de aula com crianças pequenas, tanto para o docente especialista quanto para os demais profissionais da escola.

Na busca realizada, verificou-se um predomínio de pesquisas de campo, de cunho qualitativo, o que indica que os pesquisadores foram às escolas buscar uma melhor compreensão acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais que atuam na EI e das dificuldades encontradas no processo de inclusão de alunos com TEA. No entanto, de um total de 16 (dezesseis) estudos, apenas 3 (três) se dedicaram a estudar propostas e intervenção voltadas ao atendimento de crianças com TEA (OLIVEIRA, 2017b; SOUZA, 2019; RINALDO, 2021), o que manifesta a imprescindibilidade do desenvolvimento de mais

pesquisas focadas na formação de professores, a fim de auxiliá-los na organização de suas práticas pedagógicas.

Reconhece-se o limite deste estudo em virtude do número de bases de dados eletrônicas visitadas e de só terem sido escolhidas dissertações e teses. Nesse ponto, sugere-se a realização de estudos semelhantes que recorram a artigos disponíveis em diferentes bases de dados e em outras línguas.

Referências

ANDRADE, Juliana Silva Andrieta. *Práticas pedagógicas inclusivas junto a crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil*. 2021. 93 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Centro Universitário Vale do Cricaré (UNICV), São Mateus, 2021.

APA – ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5)*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BATISTA, Tatiana Lemes de Araújo. *Transtorno do Espectro Autista e Educação Infantil: desafios da educação inclusiva*. 2021. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

BRAGA, Ana Paula da Silva. *A inclusão de crianças com autismo em unidades de Educação Infantil do município de Mossoró-RN*. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 ago. 2022.

BRASIL. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 ago. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001*. Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 27 jun. 2022.

BRASIL. *Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Presidência da

República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em: 27 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação Especial. *Nota Técnica Conjunta nº 2, de 4 de agosto de 2015*. Orientações para a organização e oferta do Atendimento Educacional Especial na Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SECADI/DPEE – SEB/DICEI, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18047-ntc-02-orientacoes-para-organizacao-oferta-do-aee-na-educacao-infantil&Itemid=30192. Acesso em: 27 jun. 2022.

BRITO, M. C. Transtornos do Espectro do Autismo e educação inclusiva: análise de atitudes sociais de professores e alunos frente à inclusão. *Revista Educação Especial*, Campo Grande, v. 30, n. 59, p. 657-668, set./dez. 2017.

FERREIRA, Roberta Flávia Alves. *Inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil*: o desafio da formação de professoras. 2017. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FIORINI, Bianca Sampaio. *O aluno com Transtornos do Espectro do Autismo na Educação Infantil*: caracterização da rotina escolar. 2017. 221f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2017.

KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães; RONDON, Marcelo Messias. Atendimento Educacional Especializado a crianças pequenas com deficiência: o caso de Mato Grosso do Sul. *Comunicações*, Piracicaba, v. 23, n. 3, p. 27-42, 2016.

MACHADO, Gabriela; MARTINS, Morgana de Fátima Agostini. Atendimento Educacional Especializado – AEE na Educação Infantil: entraves e possibilidades. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 746-759, abr. 2019.

MANETTI, Ilis Ângela Wickboldt. *Inclusão escolar do aluno com Transtorno do Espectro do Autismo na Educação Infantil*. 2018. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias na Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Pelotas, 2018.

MILANESI, Josiane Beltrame; CIA, Fabiana. O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais da Educação Infantil. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 30, n. 57, p. 69-82, 2017.

OLIVEIRA, Tiago Grama de. *Docência e educação infantil*: condições de trabalho e profissão docente. 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017a.

OLIVEIRA, Carine Ramos de. *Capacitação do Profissional da Educação Infantil*: identificação precoce de sinais do Transtorno do Espectro Autista. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2017b.

OLIVEIRA, Thaís Naiani Menezes Gomes de. *A inclusão escolar e a prática pedagógica no trabalho com crianças com Transtorno do Espectro Autista*: desafios e possibilidades na atuação de profissionais da Educação Infantil. 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2020a.

OLIVEIRA, Marines Andreazza. *Plano Educacional Individualizado e sua importância para a inclusão de crianças autistas*. 2020. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2020b.

RINALDO, Simone Catarina de Oliveira. *Possibilidades do coensino com crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil*. 2021. 147 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2021.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo - estado da arte. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set. 2006.

SANTOS, Isabelle Sercundes. *A criança com Transtorno do Espectro Autista na sala regular da Educação Infantil: das políticas educacionais às práticas pedagógicas em João Pessoa-PB*. 2020. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SANTOS, Juçara Maria Lemes Giffoni Ávila. *Desafios e possibilidades da escola pública na inclusão de aluno com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil*. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Taubaté, São Paulo, 2019.

SILVA, Nathália Bermudes Alves da. *Educação Inclusiva: um estudo de caso de um aluno autista na Educação Infantil em Vila Velha-ES*. 2019. 73 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Centro Universitário Vale do Cricaré (UNICV), São Mateus, 2019.

SOUZA, Maria da Guia. *Autismo e inclusão na Educação Infantil: efeitos de um programa de intervenção colaborativa nas práticas pedagógicas dos professores*. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

VIANA, Isaac Pereira. *O processo de inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil*. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

VIANA, Márcia Carolina da Mota. *Autismo na Educação Infantil: um estudo sobre a interação social e a inclusão escolar*. 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades Instituição de Ensino) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.